PODER EXECUTIVO
www.quissama.rj.gov.br

D.O.Q.

ANO: 10 N°: 3537
QUARTA-FEIRA
28 DE OUTUBRO DE 2026

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

Prefeito
Marcelo de Souza Batista
Vice-Prefeita
Sabrine Santos Pereira

Secretaria Municipal de Governo
Róbisson da Silva Serra

Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana
Junio Selem Pinto
(Secretário Interino)

Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo
Arnaldo Gonçalves da Silva Queirós Mattoso

Procuradoria Geral do Município
Grimas Pinto de Mattos

Controladoria Geral do Município
Alex Sandro Barcelos de Azevedo

Secretaria Municipal de Administração
Leandro Machado Silva

Secretaria Municipal de Educação
José Henrique dos Santos Abreu

Secretaria Municipal de Esporte e Juventude
Isis das Chagas

Secretaria Municipal de Obras, Serviços Públicos e Urbanismo
Junio Selem Pinto

Secretaria Municipal de Cultura, Patrimônio Histórico e Lazer
Amanda Fragoso Barcelos

Secretaria Municipal de Comunicação Social
Phillipe Moacyr Alves Martins Augusto

Chefia de Gabinete
Márcio Fernandes da Silva

Secretaria Municipal de Agricultura Meio Ambiente e Pesca
Cosme Francisco Chagas

Secretaria Municipal de Transporte
Fábio Castro da Costa

Secretaria Municipal de Saúde
Gilda de Queirós Tavares

Secretaria Municipal de Segurança Pública e Trânsito
Tarcisio Bruno Jeremias Vieira

Secretaria Municipal de Habitação
Andréa de Fátima Pacheco Barreto

Secretaria Municipal de Fazenda
José Alves de Alvarenga

Secretaria Municipal de Assistência Social
Valquiria Barcelos Batista

Secretaria Municipal de Licitações e Contratos
Donato Tavares de Souza

Comandante da Guarda Civil Municipal
Vitor Lopes da Silva

Secretaria Adjunta de Defesa Civil
Marcos Augusto Alves Ferreira

Secretaria Adjunta de Gestão e Planejamento
Márcio Fernandes da Silva
(Secretário Interino)

Secretaria de Direitos Humanos e Cidadania
Valquiria Barcelos Batista
(Secretária Interina)

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Portaria SMS nº 013/2026 **Quissamã 27 de outubro de 2026**

A Secretária Municipal de Saúde de Quissamã, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar os profissionais abaixo relacionados para comporem o comitê de investigação e análise dos óbitos maternos, fetais e infantis, no município de Macaé.

Roberto Nascimento Lopes Filho

Marselle Abicalil Santos Oliveira

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Quissamã/RJ, 27 de outubro de 2026

Gilda de Queirós Tavares
Secretária Municipal de Saúde



Quissamã
PREFEITURA
CIDADE DAS OPORTUNIDADES

Prefeito
Marcelo de Souza Batista
Vice-Prefeita
Sabrine Santos Pereira
Secretaria de Governo
Róbisson da Silva Serra

DIÁRIO OFICIAL
PUBLICAÇÕES

ENVIO DE MATÉRIAS: As matérias que serão publicadas no Diário Oficial de Quissamã – D.O.Q., deverão ser entregues na Secretaria de Governo, na sede da Prefeitura de Quissamã, até as 14h, de segunda a quinta-feira, e até as 10h, na sexta-feira, em mídia digital (pendrive).

RECLAMAÇÕES: Questionamentos sobre textos oficiais publicados devem ser encaminhados à Secretaria de Comunicação Social, por escrito, no máximo até 10 dias após a data de sua publicação.

TELEFONE: (22) 2768-9300 | **SITE:** www.quissama.rj.gov.br

Diário Oficial de Quissamã – D.O.Q. criado pelo decreto Nº 2214/2017.

PODER EXECUTIVO
EQUIPE DE PUBLICAÇÃO

Secretário Municipal de Governo
Róbisson da Silva Serra

Equipe de publicação
William de Oliveira Carvalho
Luciana Silva dos Santos
Rosemery de Souza

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

LEI Nº 2659 DE 27 DE OUTUBRO DE 2026.

Altera o art. 41 da Lei Municipal nº 1880, de 04 de outubro de 2019, que institui o Regime Próprio de Previdência dos servidores públicos municipais de Quissamã.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º. O Art. 41 da Lei Municipal nº 1880, de 04 de outubro de 2019, passa a vigorar, com a seguinte redação:

"Art. 41. Os valores das contribuições previdenciárias previstas nesta Lei deverão ser creditados nas contas do IPMQ até o vigésimo quinto dia do mês subsequente ao da respectiva competência, prorrogando-se o vencimento para o primeiro dia útil subsequente, quando não houver expediente bancário na data.

§ 1º Os aportes financeiros mensais destinados ao plano de amortização do deficit atuarial, previstos no art. 38 desta Lei, deverão ser creditados nas contas do IPMQ até o dia 30 do mês subsequente ao da respectiva competência.

§ 2º Quando essa data não for dia útil, ou quando o mês não tiver o dia 30, o vencimento dos aportes ocorrerá no último dia útil do mesmo mês, vedado, em qualquer hipótese, o seu deslocamento para o mês seguinte.

§ 3º O prazo previsto no § 1º não se aplica aos repasses destinados a cobertura de insuficiências financeiras, previstos no inciso VI do art. 37 e no paragrafo único do art. 43, os quais deverão ser realizados em tempo suficiente para assegurar o pagamento integral e tempestivo dos benefícios, observado o fluxo de caixa apresentado pelo IPMQ.

§ 4º Considera-se realizado o repasse somente na data em que os recursos estiverem efetivamente disponíveis na conta bancaria do IPMQ.

§ 5º As contribuições e os aportes repassados após os respectivos vencimentos ficarão sujeitos aos encargos previstos no § 3º do art. 36 desta Lei, sem prejuízo das demais responsabilidades legais.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, abrangendo o vencimento do mês de outubro de 2026, revogando-se todas as disposições contrárias.

Quissamã, 27 de outubro de 2026

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

P O R T A R I A Nº 27.667/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Designar os servidores públicos abaixo relacionados para comporem a Comissão Especial de Contratação/Comissão Julgadora, com a função de receber, examinar e julgar documentos e propostas relativas ao procedimento, referente à Chamada Pública nº 001/2026, para a aquisição de gêneros alimentícios provenientes da agricultura familiar e do empreendedor familiar rural, em consonância com as exigências do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), para atender às Unidades Municipais de Ensino do Município de Quissamã/RJ.

MAT.	NOME	
433	DENISE PESSANHA	PRESIDENTE
1663	JOSÉ DANIEL CHAGAS	MEMBRO
13145	DUVANIL NEY SANTANA ALEIXO	MEMBRO
13127	MARCELO MARINS REIS	MEMBRO

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

P O R T A R I A Nº 27.668/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Designar a servidora pública ELENICE CORREIA DE FRANÇA, mat. nº 1462, para responder pelas atribuições da Coordenadora Administrativa do Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, Sra. CLEIDE DE FÁTIMA DA SILVA, mat. nº 2214, lotadas na Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo, no período de 03 de novembro de 2026 a 17 de novembro de 2026, por motivo de férias.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

P O R T A R I A Nº 27.669/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Conceder Licença Paternidade ao servidor público LEANDRO MELO PESSANHA, Auxiliar de Serviços Gerais, mat. n° 2161, lotado na Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Pesca, de 20 (vinte) dias corridos a contar de 08/10/2026, conforme artigo 114, inciso IV, alínea "a" da Lei Complementar n° 006/2019, de acordo com o Processo n° 11378/2026.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

P O R T A R I A Nº 27.670/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Prorrogar a Licença para Tratamento de Saúde da servidora pública abaixo relacionada, com base no artigo 98, § 2º, da Lei Complementar nº 006/2019, nas seguintes condições:

MAT.	NOME	FUNÇÃO	LOTAÇÃO	PERÍODO	PROCESSO N°
1356	ELIZABETH PEREIRA LIMA	Auxiliar de Serviços Gerais	SEMED	12.10.2026 a 02.11.2026	11468/2026

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

P O R T A R I A Nº 27.666/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Tornar pública a vacância do cargo de PROFESSOR I, por motivo de exoneração a pedido da servidora pública CRISTINI MARCELINO DE SOUZA, mat. n° 8505, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15 de agosto de 2026, de acordo com o inciso I do art. 34 c/c inciso I do art. 35 da Lei Complementar n° 006/2019, conforme Processo no 11498/2026.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

P O R T A R I A Nº 27.672/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Exonerar, a pedido, o servidor público LUIZ EDUARDO MOREIRA DA SILVA, mat. n° 9988, do cargo comissionado de Assessor A4 - CC-6, lotado na Secretaria Municipal de Educação, a contar de 16 de outubro de 2026, de acordo com o processo n° 11521/2026.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

P O R T A R I A Nº 27.675/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Remover o servidor público RAFAEL VENÂNCIO BARCELOS, mat. n° 9980, da Secretaria Municipal de Administração para a Secretaria Municipal de Assistência Social, a partir de 21 de outubro de 2026.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

P O R T A R I A Nº 27.674/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Designar a servidora pública DAGUIMAR PEROBA, mat. n° 1731, para responder pelas atribuições da Coordenadora do Setor do Protocolo Geral, Sra. MIRIAN GISELY DE SOUZA FIDÉLIS ANDRADE, mat. n° 2484, lotadas na Secretaria Municipal de Administração, no período de 03 de novembro de 2026 a 02 de dezembro de 2026, por motivo de férias.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

P O R T A R I A Nº 27.676/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Conceder o Regime de Teletrabalho, na modalidade Parcial (segunda-feira e sexta-feira), ao servidor público PEDRO HENRIQUE SALVO BARBOSA, mat. n° 9611, Assessor Especial de Governo, lotado na Secretaria Municipal de Assistência Social, a contar de 1° de outubro de 2026, nos termos da Lei Municipal no 2322/2023 e Decreto Municipal nº 3673/2023.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

P O R T A R I A Nº 27.677/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Designar a servidora pública AMANDA COSTA DO NASCIMENTO, mat. n° 9939, como Apontador Titular da Secretaria Adjunta de Defesa Civil, em substituição ao servidor público SÉRGIO TRINDADE DE OLIVEIRA MIRANDA, mat. n° 8198, designado por meio da Portaria no 27.254/2026, lotados no Gabinete do Prefeito, a partir da data de publicação desta portaria.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito

PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

P O R T A R I A Nº 27.673/2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE QUISSAMÃ,** no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE: Prorrogar a Licença Maternidade da servidora pública DAIANA GOMES DE SOUZA, Auxiliar Administrativo, mat. n° 8358, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, no período de 05.11.2026 a 03.01.2027, conforme art. 109 da Lei Complementar nº 006/2019, de acordo com o Processo n° 11466/2026.

Gabinete do Prefeito, 21 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECRETO N° 4614/2026 **EM, 26 DE OUTUBRO DE 2026.**

EMENTA: REGULAMENTA A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DESTINADOS AO APRIMORAMENTO E À CAPACITAÇÃO PROFISSIONAL DOS PROCURADORES MUNICIPAIS DE CARREIRA, NO ÂMBITO DO FUNDO ESPECIAL DA PROCURADORIA-GERAL DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ – FEPGM/QUISS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O **Prefeito Municipal de Quissamã**, Estado do Rio de Janeiro, Marcelo de Souza Batista, no uso de suas atribuições que lhe confere a legislação vigente, e tendo em vista o disposto na Lei Municipal nº 1.823, de 28 de fevereiro de 2019, alterada pela Lei Municipal nº 2.395, de 23 de dezembro de 2023,

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.823/2019 criou o Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município de Quissamã – FEPGM/QUISS;

CONSIDERANDO que o art. 2º, inciso III, da Lei Municipal nº 1.823/2019 estabelece como objetivo do Fundo o aprimoramento e a capacitação profissional dos Procuradores Municipais de carreira da Procuradoria;

CONSIDERANDO que o parágrafo único do art. 2º da referida Lei estabelece que o aprimoramento e a capacitação profissional podem compreender cursos de pós-graduação, seminários e congressos, desde que vinculados às atividades exercidas;

CONSIDERANDO que o art. 4º, II, da Lei Municipal nº 1.823/2019, alterada pela Lei Municipal nº 2.395/23, destina 20% (vinte por cento) dos recursos do Fundo ao atendimento dos objetivos previstos nos incisos II e III, do art. 2º;

CONSIDERANDO a necessidade de estabelecer critérios objetivos, impessoais e transparentes para a utilização dos recursos do Fundo destinados à capacitação dos Procuradores Municipais de carreira;

DECRETA:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Este Decreto regulamenta a utilização dos recursos do Fundo Especial da Procuradoria-Geral do Município de Quissamã – FEPGM/QUISS destinados ao aprimoramento e à capacitação profissional dos Procuradores Municipais de carreira, especialmente para viabilizar a participação em congressos, seminários, cursos, encontros, fóruns, simpósios, palestras, treinamentos e demais eventos de natureza técnico-jurídica ou institucional vinculados às atividades exercidas na Procuradoria-Geral do Município.

Art. 2º Para os fins deste Decreto, consideram-se despesas de capacitação aquelas necessárias ou diretamente relacionadas à participação do Procurador Municipal em evento ou atividade de aperfeiçoamento profissional, incluindo:

I – taxa de inscrição ou matrícula;

II – passagens aéreas, rodoviárias, ferroviárias ou outros meios regulares de transporte, quando autorizados;

III – diárias destinadas ao custeio de alimentação e despesas correlatas, na forma da legislação municipal aplicável;

IV – hospedagem, quando não abrangida pela diária ou quando seu custeio separado for admitido pela legislação municipal;

V – transporte necessário ao deslocamento entre os locais de embarque, hospedagem e realização do evento, quando devidamente autorizado;

VI – outras despesas diretamente vinculadas à participação no evento, desde que legalmente admitidas e previamente autorizadas.

Parágrafo único. As despesas previstas neste artigo somente poderão ser custeadas quando houver pertinência entre o conteúdo do evento e as atribuições institucionais da Procuradoria-Geral do Município ou as atividades jurídicas desenvolvidas pelos Procuradores Municipais de carreira.

CAPÍTULO II
DOS BENEFICIÁRIOS

Art. 3º Poderão ser beneficiários dos recursos destinados à capacitação os Procuradores Municipais de carreira da Procuradoria-Geral do Município de Quissamã, observado o disposto na Lei Municipal nº 1.823/2019 e neste Decreto.

§ 1º A participação em evento custeado total ou parcialmente com recursos do FEPGM/QUISS deverá atender ao interesse institucional e observar critérios de razoabilidade, economicidade, pertinência temática e disponibilidade financeira.

§ 2º A participação em evento não constitui direito automático ao custeio pelo Fundo, ficando condicionada à autorização prévia e à existência de disponibilidade financeira e orçamentária para a despesa.

CAPÍTULO III
DA SOLICITAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

Art. 4º O Procurador interessado no custeio de sua participação em evento de capacitação deverá apresentar solicitação ao Procurador-Geral do Município com antecedência razoável, contendo, sempre que possível:

I – identificação do evento;

II – instituição ou entidade responsável pela realização;

III – local e período de realização;

IV – programação ou conteúdo programático;

V – justificativa quanto à pertinência do evento com as atividades exercidas;

VI – estimativa das despesas necessárias;

VII – informação sobre eventual custeio, total ou parcial, por entidade promotora ou terceiro;

VIII – indicação das despesas cujo custeio é solicitado ao FEPGM/QUISS.

Art. 5º A autorização para utilização dos recursos destinados à capacitação será precedida de manifestação quanto:

I – à pertinência do evento com as atribuições institucionais da Procuradoria-Geral do Município;
II – à disponibilidade dos recursos destinados às finalidades previstas nos incisos II e III do art. 2º da Lei Municipal nº 1.823/2019;
III – à razoabilidade e à economicidade das despesas;
IV – à observância da legislação financeira, orçamentária, administrativa e de contratação pública aplicável.

Art. 6º A autorização será formalizada pelo Procurador-Geral do Município.

Parágrafo único. Sempre que necessário à regular execução financeira da despesa, os setores administrativos competentes do Município prestarão o suporte técnico previsto no art. 1º da Lei Municipal nº 1.823/2019, especialmente nas áreas de contabilidade, tesouraria e licitação.

CAPÍTULO IV
DAS DIÁRIAS E DA HOSPEDAGEM

Art. 7º Para viabilizar a participação dos Procuradores Municipais em congressos, seminários, cursos e demais eventos de capacitação, poderão ser custeadas pelo FEPGM/QUISS as diárias e despesas de hospedagem necessárias à permanência do beneficiário no local do evento.

§ 1º O pagamento de diárias observará os valores, critérios, limites e procedimentos estabelecidos pela legislação municipal aplicável às diárias de servidores e agentes públicos, salvo disposição específica superveniente.

§ 2º Quando houver regulamentação municipal específica que contemple o custeio de hospedagem mediante pagamento de diária, não haverá duplicidade de pagamento pelo mesmo fato gerador.

§ 3º A hospedagem poderá ser custeada diretamente pelo FEPGM/QUISS, mediante contratação ou pagamento à empresa fornecedora, ou, quando admitido pela legislação

aplicável, mediante ressarcimento ao Procurador, desde que comprovada a despesa.

§ 4º É vedado o pagamento em duplicidade de despesas de hospedagem, alimentação ou deslocamento custeadas por outro órgão, entidade ou instituição.

Art. 8º O período de concessão das diárias deverá corresponder, em regra, ao período necessário à participação no evento, admitindo-se o deslocamento em data anterior ou posterior quando houver justificativa relacionada aos horários de início e término do evento, à disponibilidade dos meios de transporte ou à economicidade da viagem.

Parágrafo único. A permanência por período superior ao estritamente necessário à participação no evento dependerá de justificativa específica e não ensejará, por si só, o custeio pelo FEPGM/QUISS.

CAPÍTULO V
DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E DA IMPESSOALIDADE

Art. 9º Na análise dos pedidos de custeio serão considerados, entre outros, os seguintes critérios:

I – pertinência do conteúdo do evento com as atribuições da Procuradoria-Geral do Município;

II – relevância do tema para a atuação institucional dos Procuradores;

III – possibilidade de aplicação prática dos conhecimentos adquiridos nas atividades da Procuradoria;

IV – disponibilidade financeira dos recursos destinados à capacitação;

V – razoabilidade dos custos envolvidos;

VI – distribuição equilibrada das oportunidades de capacitação entre os Procuradores de carreira, sempre que houver mais de um interessado e os recursos disponíveis não forem suficientes para atender simultaneamente todas as solicitações.

Art. 10. Na hipótese de insuficiência de recursos para o atendimento simultâneo de todos os pedidos de participação em determinado evento, a autorização deverá observar critérios objetivos relacionados à pertinência temática, à necessidade institucional, à oportunidade e à distribuição das ações de capacitação entre os Procuradores.

CAPÍTULO VI
DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 11. O Procurador beneficiário de recursos do FEPGM/QUISS deverá apresentar, após o retorno da viagem, os documentos necessários à comprovação da realização da atividade e da regular aplicação dos recursos recebidos, na forma estabelecida pela legislação municipal e pelas normas internas aplicáveis.

§ 1º A comprovação poderá compreender, conforme a natureza da despesa:

I – certificado ou declaração de participação;

II – comprovante de inscrição;

III – comprovantes de hospedagem, quando houver custeio ou ressarcimento específico;

IV – comprovantes de transporte, quando exigidos pela legislação aplicável;

V – relatório sucinto das atividades realizadas, quando solicitado;

VI – outros documentos necessários à comprovação da regularidade da despesa.

§ 2º Eventual saldo de diária recebido antecipadamente e não utilizado deverá ser restituído na forma e no prazo estabelecidos pela legislação municipal aplicável.

Art. 12. A ausência injustificada ao evento, quando comprovadamente decorrente de circunstância imputável ao beneficiário, poderá ensejar a restituição dos valores recebidos, sem prejuízo das demais medidas administrativas cabíveis.

CAPÍTULO VII
DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

Art. 13. As despesas decorrentes deste Decreto serão suportadas pelos recursos destinados aos objetivos previstos nos incisos II e III do art. 2º da Lei Municipal nº 1.823/2019, observado o limite correspondente aos recursos efetivamente disponíveis para tais finalidades.

§ 1º As despesas deverão ser regularmente empenhadas, liquidadas e pagas, observada a legislação financeira e orçamentária aplicável.

§ 2º A execução das despesas observará as normas de contabilidade pública, a legislação de responsabilidade fiscal e, quando aplicável, a legislação de licitações e contratos administrativos.

§ 3º O custeio de despesas de capacitação não poderá comprometer os recursos destinados ao rateio dos honorários advocatícios previsto no art. 4º, inciso I, da Lei Municipal nº 1.823/2019.

Art. 14. O custeio das despesas previstas neste Decreto dependerá da existência de recursos financeiros disponíveis na parcela do FEPGM/QUISS destinada às finalidades previstas nos incisos II e III do art. 2º da Lei Municipal nº 1.823/2019.

Art. 15. A concessão de diárias, hospedagem e demais despesas de capacitação deverá observar os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, razoabilidade e interesse público.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. O custeio de despesas de capacitação previsto neste Decreto não constitui verba remuneratória, vantagem pessoal ou benefício incorporável à remuneração do Procurador Municipal, destinando-se exclusivamente ao atendimento dos objetivos previstos no art. 2º, incisos II e III, da Lei Municipal nº 1.823/2019.

Art. 17. Os casos omissos serão dirimidos pelo Procurador-Geral do Município, observada a legislação vigente e as finalidades estabelecidas na Lei Municipal nº 1.823/2019.

Art. 18. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Quissamã, 26 de outubro de 2026.

MARCELO DE SOUZA BATISTA
Prefeito

PARECER CME nº 005/2026, de 26 de outubro de 2026

Análise da Minuta da Resolução que dispõe sobre a Política de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Quissamã e da Minuta do Plano Municipal de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral.

HISTÓRICO

O Secretário Municipal de Educação, Senhor José Henrique dos Santos Abreu, encaminhou a este Conselho Municipal de Educação, para apreciação, ciência e emissão de Parecer, o texto da Minuta da Resolução que dispõe sobre a Política de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Quissamã.

O trabalho de análise do referido documento pelo Conselho Municipal de Educação foi realizado em reunião, mediante leitura minuciosa, estudo, discussão e manifestação dos conselheiros presentes, considerando a legislação educacional vigente, as orientações nacionais referentes à Educação Integral em Tempo Integral e a realidade da Rede Municipal de Ensino de Quissamã.

ANÁLISE

A Educação, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988, constitui direito de todos e dever do Estado e da família, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, ao seu preparo para o exercício da cidadania e à sua qualificação para o trabalho. A garantia desse direito pressupõe não apenas o acesso à escola, mas também condições adequadas de permanência, aprendizagem, inclusão, equidade e qualidade social da educação.

A concepção de Educação Integral amplia essa compreensão ao reconhecer o estudante em sua integralidade, considerando as diferentes dimensões que constituem o desenvolvimento humano. Dessa forma, a Educação Integral não se limita à ampliação da jornada escolar, mas pressupõe uma organização educativa capaz de articular conhecimentos, experiências, tempos, espaços, relações e oportunidades formativas que contribuam efetivamente para o desenvolvimento integral dos estudantes.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, ao tratar da organização do Ensino Fundamental, estabelece a ampliação progressiva do período de permanência na escola e prevê a progressiva oferta do Ensino em Tempo Integral, conforme os critérios definidos pelos sistemas de ensino.

Posteriormente, a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, instituiu o Programa Escola em Tempo Integral, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na Educação Básica em Tempo Integral. Para os fins dessa política, considera-se matrícula em tempo integral aquela em que o estudante permanece na escola ou em atividades escolares por período igual ou superior a 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais durante o período letivo.

A mesma legislação estabelece que a criação de matrículas em tempo integral deve ocorrer em instituições cujas propostas pedagógicas estejam alinhadas à Base Nacional Comum Curricular – BNCC e à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo concebidas para a oferta da jornada ampliada na perspectiva da Educação Integral. Assim, a ampliação do tempo de permanência do estudante precisa estar necessariamente articulada a uma proposta pedagógica intencional, integrada e comprometida com a aprendizagem e o desenvolvimento integral.

No âmbito das normas educacionais mais recentes, a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, instituiu as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, orientando os sistemas de ensino e as instituições educacionais quanto à implementação, à gestão, ao monitoramento e à avaliação dessa oferta.

A referida norma compreende a Educação Integral em Tempo Integral como uma política educacional que articula as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica e assegura o desenvolvimento dos estudantes em suas dimensões cognitivas, físicas, emocionais, sociais, éticas, culturais e ambientais. Essa concepção reforça que o tempo ampliado deve ser acompanhado pela reorganização dos currículos, das práticas pedagógicas, dos espaços, dos tempos escolares, da gestão e das formas de acompanhamento das aprendizagens.

As Diretrizes Operacionais Nacionais foram atualizadas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026, e complementadas pela Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, que instituiu os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral. Esses documentos constituem referências fundamentais para a adequação das políticas e dos atos normativos dos sistemas de ensino às novas orientações nacionais.

O Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, também reafirma a importância da ampliação da Educação Integral em Tempo Integral na rede pública, estabelecendo metas progressivas para sua expansão e associando essa ampliação à garantia da qualidade e da intencionalidade pedagógica das atividades desenvolvidas.

Nesse contexto, a elaboração de uma Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral representa importante instrumento para a organização e a consolidação dessa oferta no âmbito da Rede Municipal de Ensino de Quissamã, permitindo que sua expansão ocorra de maneira planejada, progressiva, equitativa e adequada às características do território e às necessidades dos estudantes.

A Minuta apresentada contempla aspectos relevantes para a implementação da Política, entre os quais se destacam a formação integral dos estudantes; a jornada escolar mínima de sete horas diárias ou trinta e cinco horas semanais; a integração curricular; a interdisciplinaridade; a gestão democrática; a participação da comunidade; a articulação intersetorial; a formação continuada dos profissionais; a inclusão; a acessibilidade; o Atendimento Educacional Especializado; a avaliação; e o acompanhamento da frequência, da permanência e da aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES

Após a análise e as discussões realizadas acerca da Minuta de Resolução SEMED que dispõe sobre a Política de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Quissamã e da Minuta do Plano Municipal de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral, o Conselho Municipal de Educação manifesta-se favoravelmente à sua aprovação, condicionada ao atendimento das seguintes recomendações:

I – padronização da nomenclatura "Educação Integral em Tempo Integral" em todo o documento, garantindo unidade conceitual e adequação à terminologia utilizada nas normas nacionais vigentes;

II – revisão ortográfica, gramatical e de técnica legislativa da Minuta, com organização e correção da sequência numérica dos artigos, parágrafos e incisos, retirada das duplicidades e das redações alternativas ainda existentes e padronização da expressão "Unidade Escolar";

III – atualização da fundamentação legal da Minuta, contemplando as normas nacionais vigentes relativas à Educação Integral em Tempo Integral, especialmente as atualizações normativas publicadas nos anos de 2025 e 2026;

IV – inclusão de referência específica à Educação para as Relações Étnico-Raciais – ERER, assegurando sua integração ao currículo, às práticas pedagógicas, à formação continuada dos profissionais da educação e às ações de gestão;

V – ampliação e explicitação das orientações referentes à Educação Escolar Quilombola, respeitando suas Diretrizes Curriculares Nacionais, os saberes tradicionais, a identidade, a cultura, o território, a ancestralidade e a participação das comunidades quilombolas na construção e no acompanhamento das propostas educacionais;

VI – inclusão e aprofundamento das orientações referentes à Educação Escolar do Campo, das Águas e das Florestas considerando as especificidades das comunidades, dos territórios, dos modos de vida e de trabalho, bem como as necessidades relativas ao currículo, à metodologia, aos tempos escolares, à infraestrutura e ao transporte;

VII – supressão da justificativa referente à Escola Municipalizada Engenho Central de Quissamã, retirando a referência que restringe o atendimento aos estudantes oriundos, da E. M. Ignácio Hugo de Souza e da E. M. Quilombola Felizarda Maria Conceição de Azevedo, de modo que a redação possibilite o atendimento a estudantes provenientes de outras Unidades Escolares, conforme a demanda e o planejamento da Rede Municipal de Ensino;

VIII – correção da denominação das Unidades Escolares, fazendo constar corretamente **E. M. Professora Maria de Lourdes de Castro Ribeiro e E. M. Professora Nelita Barcellos dos Santos**, observando-se a grafia do sobrenome "Barcellos" com dois "l";

IX – realização de revisão final da Minuta de Resolução e da Minuta do Plano Municipal de Expansão, após a incorporação das recomendações deste Conselho, garantindo coerência conceitual, normativa, pedagógica e textual entre os documentos.

DECISÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Após apreciação da matéria, o Conselho Municipal de Educação de Quissamã **aprova o presente Parecer e manifesta-se favoravelmente à aprovação da Minuta de Resolução que dispõe sobre a Política de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Quissamã e da Minuta do Plano Municipal de Expansão da Educação Integral em Tempo Integral,** condicionada à incorporação das recomendações e dos ajustes acima elencados.

O Conselho ressalta que a ampliação da Educação Integral em Tempo Integral deverá ocorrer de maneira gradual, planejada e responsável, assegurando condições adequadas de funcionamento, equidade no atendimento, inclusão, qualidade social da educação, valorização dos profissionais, respeito às especificidades das diferentes etapas, modalidades e territórios e garantia do direito à aprendizagem e ao desenvolvimento integral dos estudantes.

Destaca, ainda, a necessidade de assegurar a articulação entre a Política Municipal de Educação Integral em Tempo Integral e o Plano Municipal de Expansão, garantindo que a ampliação das matrículas ocorra de forma gradual, planejada, equitativa e compatível com as condições físicas, pedagógicas, administrativas, humanas e financeiras da Rede Municipal de Ensino;

Recomenda-se explicitar o planejamento dos recursos humanos, orçamentários e financeiros necessários à implantação, manutenção e expansão da Educação Integral em Tempo Integral, garantindo que a ampliação da oferta esteja vinculada à existência de condições adequadas de infraestrutura, profissionais, alimentação, transporte, materiais, equipamentos e recursos pedagógicos;

Por fim, recomenda-se que, após a realização das adequações indicadas, os documentos sejam consolidados e encaminhados às instâncias competentes para as providências administrativas e normativas cabíveis, antes de seu encaminhamento para publicação no Diário Oficial.

Mirela Soares Menezes – **Vice-presidente**
Joédima Passos Gomes – **Secretária**

Quissamã, 26 de outubro de 2026.

MIRELA SOARES MENEZES
Vice-presidente do Conselho Municipal de Educação



PREFEITURA MUNICIPAL DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLUÇÃO SEMED n.º 11, de 27 de outubro de 2026.

Dispõe sobre a Política de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Quissamã.

O **Secretário Municipal de Educação de Quissamã,** no uso de suas atribuições legais**,**

CONSIDERANDO a Constituição Federal de 1988, em seu art. 205, que estabelece que "a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho";

CONSIDERANDO a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, especialmente o art. 34, que prevê a ampliação progressiva do período de permanência dos estudantes na escola;

CONSIDERANDO a Lei nº 14.640, de 31 de julho de 2023, que institui o Programa Escola em Tempo Integral, com a finalidade de fomentar a criação de matrículas na educação básica em tempo integral;

CONSIDERANDO a Lei nº 15.388, de 14 de abril de 2026, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecendo metas para a ampliação da oferta de Educação Integral em Tempo Integral na rede pública, associada à garantia da qualidade e da intencionalidade pedagógica das atividades desenvolvidas;

CONSIDERANDO o Plano Municipal de Educação vigente;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025, que institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica, com as alterações promovidas pela Resolução CNE/CEB nº 2, de 19 de junho de 2026;

CONSIDERANDO a Resolução CNE/CEB nº 4, de 14 de julho de 2026, que institui os Parâmetros Nacionais de Qualidade e Equidade da Educação Integral em Tempo Integral, estabelecendo referenciais para o planejamento, a implementação, o monitoramento e a avaliação dessa política educacional;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar equidade no acesso e na permanência, gestão democrática, articulação intersetorial, currículo integrado, valorização dos profissionais da educação e monitoramento e avaliação da política de Educação Integral em Tempo Integral;

RESOLVE:

Art. 1º. Definir diretrizes gerais a serem observadas na continuidade da implantação, implementação, gestão, monitoramento, avaliação e aprimoramento da Política de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Quissamã, em consonância com as Diretrizes Operacionais Nacionais vigentes.

Parágrafo Único – A política define as diretrizes e as concepções que contemplam a cadeia de ações que dela derivam e tem a função de orientar caminhos e estabelecer intencionalidades que fundamentam programas, projetos e estratégias relacionadas a oferta de Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Quissamã.

Das Concepções

Art. 2º. A Educação Integral visa a formação integral do estudante independente do tempo de permanência na escola e, a escola de Tempo Integral, apresenta-se como um dos caminhos para efetivar a educação integral, pois preconiza mais tempo disponível de estudantes, de professores e de todos os agentes educativos, que contribuem com a escola.

§1º. A formação integral, efetivada por meio da educação integral, é aquela que considera o sujeito em sua condição multidimensional (física, cognitiva, intelectual, emocional, afetiva, social e ética), inserido num contexto de relações múltiplas.

§2º. A Educação Integral em Tempo Integral compreende a oferta regular e permanente de jornada escolar com carga horária mínima de 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais em tempo contínuo, sem fragmentação dos turnos letivos, incluindo-se nesse período as atividades curriculares, atividades externas, oficinas e projetos pedagógicos, alimentação, higienização, descanso, acolhimento, socialização e transição entre atividades asseguradas a intencionalidade pedagógica e acompanhamento por profissionais qualificados, respeitadas as especificidades das etapas e modalidades atendidas.

Da Caracterização

Art. 3º. A Educação Integral em Tempo Integral da Rede Municipal de Ensino de Quissamã observará os princípios da equidade, inclusão, diversidade, direitos humanos, justiça curricular, sustentabilidade socioambiental, gestão democrática e participação da comunidade escolar, vedados critérios de seleção que restrinjam o acesso às matrículas em tempo integral. Caracterizando-se por:

I – primar pela interdisciplinaridade dos campos de conhecimento, envolvendo várias áreas do saber, do desenvolvimento humano e social do educando;

II – desenvolver as habilidades e as competências estabelecidas na Base Nacional Comum Curricular, como: emocionais, sociais, artísticas, físicas e éticas, que somadas as cognitivas possibilitam o desenvolvimento integral do aluno;

III – possuir currículo alinhado a Base Nacional Comum Curricular;

IV – desenvolver praticas curriculares, pedagógicas e de gestão inovadoras que busquem conjugar novas oportunidades de aprendizagens;

V – desenvolver atitudes que privilegiem os pilares da educação: o aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a ser;

VI – favorecer a aprendizagem na perspectiva da cidadania, da diversidade e do respeito aos direitos humanos, através da construção de espaços de participação na escola;

VII – abranger processos formativos e (quando fora do âmbito familiar) passam a ser tarefa de toda a sociedade (família, escola e comunidade);

VIII – buscar ações intencionais e intersetoriais, compartilhando responsabilidades entre a escola e outras instituições, sendo da escola o papel de articuladora e gestora dos tempos e espaços;

IX – incluir outros profissionais e atores sociais para atuarem com a escola na tarefa de educar integralmente, envolvendo as várias áreas do saber, do desenvolvimento humano e social.

X – reconhecer e valorizar as identidades culturais, étnico-raciais e territoriais dos estudantes, contemplando os saberes tradicionais e as especificidades das comunidades quilombolas e demais comunidades atendidas pela Rede Municipal de Ensino.

Dos Objetivos

Art. 4º. A Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Quissamã tem como principais objetivos:

I - contribuir para a formação integral dos alunos, proporcionando-lhes crescimento pleno, nos aspectos físico, emocional, intelectual e social, e neles respeitando e desenvolvendo valores espirituais, éticos, estéticos e políticos, essenciais à dignidade do ser humano;

II - criar condições para que os alunos desenvolvam pensamento crítico e reflexivo, espírito investigativo, criatividade, atitude de solidariedade, senso estético, autonomia intelectual e capacidade de atuar em grupo;

III - desenvolver a capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio das linguagens;

IV – desenvolver uma proposta educativa contemporânea, alinhada às demandas do século XXI, tendo como foco a formação de sujeitos críticos, autônomos e responsáveis consigo mesmo e com o mundo;

V – reconhecer a singularidade dos sujeitos, suas múltiplas identidades e inteligências e se sustentar na construção de um projeto educativo para todos;

VI - desenvolver processos educativos contextualizados e com a interação permanente entre o que se aprende e o que se pratica;

VII - promover a equidade reconhecendo o direito de todos de aprender e acessar oportunidades educativas diferenciadas e diversificadas a partir da interação com múltiplas linguagens, recursos, espaços, saberes e agentes, condição fundamental para o enfrentamento das desigualdades educacionais;

VIII – efetivar currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos educandos;

IX – ofertar oportunidades de desenvolvimento de projetos voltados para a melhoria da qualidade de vida familiar e em comunidade;

X – aprimorar a formação dos profissionais para o desenvolvimento de metodologias, estratégias de ensino, utilização e otimização de recursos e de instrumentos de avaliação, a fim de possibilitar o pleno desenvolvimento das aprendizagens dos educandos.

XI – promover condições de acesso, permanência e aprendizagem, mediante ações de acompanhamento da frequência escolar, prevenção ao abandono e à evasão e articulação com as políticas públicas de proteção social.

Dos Princípios, Diretrizes e Estratégias

Art. 5º. A Educação Integral em Tempo Integral na Rede Municipal de Ensino de Quissamã observará os princípios previstos na legislação educacional vigente, especialmente:

I – promoção dos direitos humanos, da equidade, da diversidade e da inclusão;

II – justiça curricular e garantia do direito à aprendizagem;

III – gestão democrática e participação da comunidade escolar;

IV – articulação intersetorial e integração com os territórios e as comunidades;

V – valorização das identidades culturais, étnico-raciais e territoriais;

VI – sustentabilidade socioambiental e justiça climática;

VII – desenvolvimento de práticas pedagógicas interdisciplinares e inclusivas;

VIII – valorização dos profissionais da educação;

IX – corresponsabilidade entre os entes federativos na garantia da oferta educacional.

Art. 6º. Ao implantar ou expandir a Educação Integral em Tempo Integral todos os atores envolvidos devem assumir a concepção de educação integral e as práticas decorrentes, adotando como norteadores das ações pedagógicas e administrativas, bem como os Princípios, as Diretrizes e as Estratégias definidas pela Secretaria Municipal de Educação para o desenvolvimento das ações, tais como:

I – primar por escolas com condições adequadas e qualificadas para implementação da Educação Integral em Tempo Integral, com estrutura física, mobiliário, materiais e equipamentos adequados à execução do Projeto Político Pedagógico;

II – buscar a articulação de ações intersetoriais, na perspectiva da educação integral, atuando de forma intersetorial e em rede;

III – possibilitar a mobilidade com acessibilidade no território municipal, prevendo os recursos públicos necessários para o deslocamento dos estudantes às atividades curriculares em espaços educativos fora da escola;

IV – ofertar alimentação adequada, qualificada e suficiente para garantir, as necessidades nutricionais diárias, ~~d~~e acordo com as normas vigentes;

V – garantir a organização e a utilização do tempo e dos espaços educativos na perspectiva da Educação Integral em Tempo Integral, considerando as necessidades dos estudantes e as especificidades de cada Unidade Escolar, mediante definição dos horários de início e término das atividades em diálogo com a comunidade escolar e mapeamento de espaços externos que possam contribuir para o desenvolvimento das atividades pedagógicas, tais como parques, centros comunitários, centros culturais e outros equipamentos públicos e comunitários;

VI – garantir currículo reestruturado e significativo para a Educação Integral em Tempo Integral, que garanta a materialização do conceito de educação integral, integrando as atividades do núcleo comum e as da parte diversificada de forma interdisciplinar e transdisciplinar, conjugando maiores e melhores oportunidades de aprendizagem com proteção social, estimulando a circulação dos alunos pelos espaços educativos e a prática social;

VII – desenvolver processos de comunicação entre os envolvidos no processo de aprendizagem dos alunos para acompanhamento e avaliação periódica dos mesmos de forma participativa;

VIII – garantir a gestão democrática, participativa e colaborativa da Educação Integral em Tempo Integral, de forma a potencializar as ações educativas e incentivar a gestão colaborativa entre as diferentes Unidades Escolares que ofertam Educação Integral em Tempo Integral;

IX – disponibilizar recursos humanos que atendam às especificidades e singularidades da Educação Integral em Educação Integral em Tempo Integral;

X – ofertar formação continuada com foco na Educação Integral em Tempo Integral para os profissionais do magistério e para os demais profissionais da educação lotados nas Unidades Escolares que ofertam Educação Integral em Tempo Integral;

XI – assegurar, em articulação com os serviços de Educação Especial, a oferta do Atendimento Educacional Especializado – AEE e dos recursos de acessibilidade necessários à participação, aprendizagem e desenvolvimento dos estudantes público alvo da Educação Especial, respeitadas suas necessidades e singularidades.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Educação definirá e monitorará metas quantitativas e qualitativas para a Educação Integral em Tempo Integral, assegurará instância regulamentada responsável pelo acompanhamento contínuo da política, promoverá consultas participativas às comunidades escolares e encaminhará anualmente ao Conselho Municipal de Educação relatório de monitoramento.

Do Público Alvo

Art. 8º. A Política de Educação Integral em Tempo Integral destina-se aos estudantes regularmente matriculados nas Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Quissamã, observadas as etapas e modalidades ofertadas, assegurando-se a ampliação progressiva das matrículas, com equidade, inclusão e respeito às especificidades dos estudantes e dos territórios

Art. 9º. A expansão das matrículas em Escola Integral em Tempo Integral deverá fundamentar-se em diagnóstico contínuo de infraestrutura física e pedagógica, disponibilidade e alocação de profissionais, transporte, alimentação escolar e indicadores de desigualdade educacional e social, priorizando territórios e escolas em situação de maior vulnerabilidade, assegurada a igualdade de condições de acesso e permanência.

Art. 10. A oferta de Educação Integral em Tempo Integral deverá respeitar as especificidades das etapas e modalidades ofertadas pela Rede Municipal de Ensino de Quissamã, assegurando a Educação Especial na perspectiva inclusiva, a Educação Escolar Quilombola, a Educação do Campo, das Águas e das Florestas e a Educação de Jovens e Adultos, quando ofertadas,

observadas as respectivas diretrizes curriculares e as necessidades das comunidades atendidas.

Parágrafo único. A expansão das matrículas na Educação Escolar Quilombola deverá respeitar os procedimentos de consulta à comunidade quilombola, bem como observar as diretrizes curriculares nacionais específicas dessa modalidade, assegurando a valorização de suas identidades, culturas, saberes tradicionais, territorialidades e formas próprias de organização social.

Das Unidades Escolares

Art. 11. A implantação da Política de Educação Integral em Tempo Integral será realizada nas Unidades Escolares que compõem a Rede Municipal de Ensino de acordo com as metas da Secretaria Municipal de Educação para ampliação de ofertas de vagas, tendo em vista a otimização dos espaços físicos.

§1º. A oferta de Educação Integral em Tempo Integral será organizada, e gradativamente implementada por zoneamento, considerando a proximidade geográfica entre as Unidades Escolares e a continuidade do percurso formativo dos estudantes, de modo a assegurar o atendimento nas diferentes etapas e segmentos da Educação Básica, ainda que em Unidades Escolares distintas.

§2º. As políticas setoriais poderão ser pactuadas por zoneamento da cidade, passando a desencadear ações articuladas com propósitos comuns entre educação, cultura, esporte, assistência social, meio ambiente, entre outros.

§3º. A Unidade Escolar, deverá apresentar, a priori, condições adequadas para a Educação Integral em Tempo Integral, considerando as condições físicas, materiais, de equipamentos e de recursos humanos, bem como a organização e o funcionamento das ações intersetoriais e os itinerários percorridos.

§4º. O caráter de organização dos espaços da escola devem se dar em função de sua funcionalidade e das relações democráticas que devem prevalecer para além da dimensão física e, portanto, entendidos a partir dos usos, práticas e relações individuais e coletivas.

§5º. Os espaços e períodos destinados à alimentação dos educandos na Unidade Escolar devem ser previstos, planejados e organizados pelas escolas de tempo integral como um

momento de formação de hábitos alimentares saudáveis, de higiene, de boas maneiras, de valores e, acima de tudo, de socialização e de interação entre todos.

§ 6º. A oferta da Educação Integral em Tempo Integral poderá ocorrer em Unidades Escolares exclusivas de tempo integral ou em unidades escolares mistas, que ofertem simultaneamente turmas em jornada parcial e integral, conforme planejamento da Secretaria Municipal de Educação e observadas as condições necessárias à qualidade do atendimento.

Art. 12. Compete às Unidades Escolares que ofertam Educação Integral em Tempo Integral, em articulação com a Secretaria Municipal de Educação:

I – implementar e revisar periodicamente o Projeto Político-Pedagógico, assegurada a participação da comunidade escolar;

II – acompanhar a frequência, a permanência, a aprendizagem e o desenvolvimento integral dos estudantes;

III – promover estratégias de prevenção à infrequência, ao abandono e à evasão escolar;

IV – identificar e comunicar necessidades relacionadas à infraestrutura, alimentação, transporte e recursos humanos;

V – assegurar práticas pedagógicas inclusivas e a articulação com o Atendimento Educacional Especializado;

VI – promover a escuta e a participação dos estudantes, das famílias e dos profissionais da educação;

VII – utilizar os resultados das avaliações para o aprimoramento contínuo das práticas pedagógicas e da gestão escolar.

Da Articulação Intersetorial

Art. 13. A Secretaria Municipal de Educação, em articulação com as Unidades Escolares e os demais órgãos municipais, promoverá ações intersetoriais com as políticas de saúde, assistência social, cultura, esporte, lazer, meio ambiente e proteção dos direitos da criança e do adolescente, visando à ampliação das oportunidades educativas e à garantia do acesso, permanência e desenvolvimento integral dos estudantes.

Parágrafo único. As ações intersetoriais deverão contemplar estratégias de prevenção à infrequência, ao abandono e à evasão escolar, incluindo a busca ativa e a articulação com a rede de proteção.

Da carga Horária

Art. 14. O horário de funcionamento de cada Unidade Escolar será definido pela Secretaria Municipal de Educação, ouvida a comunidade escolar, assegurada a oferta regular e permanente de jornada escolar de, no mínimo, 7 (sete) horas diárias ou 35 (trinta e cinco) horas semanais, observadas as especificidades das etapas e modalidades atendidas.

§1º O atendimento aos educandos dar-se-á em tempo contínuo, sem que haja fragmentação dos turnos letivos, incluindo-se nesse período o tempo destinado às atividades curriculares, alimentação, higienização, atividades externas, descanso, acolhimento, socialização e transição entre atividades.

§2º O calendário escolar deverá observar o mínimo de 200 (duzentos) dias letivos e o cumprimento integral da carga horária anual estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação, em conformidade com a legislação educacional vigente.

Art. 15. A Secretaria Municipal de Educação estabelecerá orientações para a flexibilização da organização da jornada escolar, quando necessária à participação dos estudantes em atendimentos de saúde, assistência social e atividades esportivas, artísticas ou culturais, assegurando a continuidade do processo educativo e o acompanhamento pedagógico pela Unidade Escolar.

Do Projeto Político Pedagógico

Art. 16. O Projeto Político Pedagógico das Unidades Escolares que ofertam Educação Integral em Tempo Integral promoverá ampliação de tempos, espaços e oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e os profissionais das diversas áreas envolvidas no processo educativo, as famílias e outros atores sociais, sobre a coordenação da escola e de seus profissionais, visando alcançar a melhoria da qualidade da aprendizagem e da convivência social e diminuir as diferenças de acesso aos conhecimentos universalmente estabelecidos e os bens culturais.

Art. 17. As Unidades Escolares que ofertam Educação Integral em Tempo Integral devem ter seu Projeto Político Pedagógico aprovado pela Secretaria Municipal de Educação, através da Coordenadoria de Gestão Pedagógica, o qual deverá refletir as concepções pedagógicas, as metodologias adotadas, bem como a organização e funcionamento da escola, de modo que:

I – apresente os fins e os objetivos da Educação Integral em Tempo Integral, acrescido dos objetivos de cada etapa e modalidades de ensino oferecidas;

II – explicite as concepções de ser humano e sociedade;

III – fundamente a concepção de Proposta Curricular para Educação Integral na Unidade Escolar, a integração das diversas áreas de conhecimento e dos componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular com os projetos da parte diversificada e os planos de trabalho dos professores e demais profissionais;

IV – descreva a metodologia utilizada pela Unidade Escolar;

V – aponte os critérios de organização da Unidade Escolar: organização das turmas/agrupamentos de alunos, processo de avaliação da proposta pedagógica e do desempenho dos alunos com suas respectivas formas de registro, conselho de classe, acompanhamento de frequência, adaptações curriculares e outros;

VI – indique as formas de gestão da escola, os recursos financeiros, os recursos humanos e as respectivas atribuições, os serviços oferecidos, bem como sobre o corpo discente, o Grêmio Estudantil, quando implementado, a Unidade Executora e o Conselho Escolar;

VII – indique os princípios que orientam e norteiam as relações entre todos os membros da comunidade escolar;

VIII – apresente as demais disposições gerais necessárias.

Art. 18. O Projeto Político Pedagógico deverá explicitar a integração entre currículo, práticas pedagógicas e avaliação, superar a fragmentação entre turno e contraturno, prever acessibilidade curricular e práticas inclusivas, considerar os territórios e assegurando a participação dos estudantes, das famílias e dos profissionais da educação em sua elaboração, implementação e avaliação.

Do Currículo

Art. 19. O currículo deverá fundamentar-se nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento, nas competências e habilidades da Base Nacional Comum Curricular, nas diretrizes curriculares nacionais aplicáveis e no currículo do sistema de ensino, articulando os componentes curriculares, os temas contemporâneos transversais e as experiências educativas ao longo de toda a jornada.

Art. 20. O currículo da Educação Integral em Tempo Integral contemplará atividades educativas diferenciadas no campo das Ciências, da Cultura, da Arte, do Esporte e Lazer, das Tecnologias, do Multiculturalismo, da Preservação do Meio Ambiente, da Promoção da Saúde, entre outras, articuladas às áreas de conhecimento e os componentes curriculares, bem como vivências e

práticas socioculturais, que venham contribuir para o desenvolvimento físico, cultural, afetivo, cognitivo e ético dos alunos.

§1º. A organização do currículo de Educação Integral em Tempo Integral deverá se fundamentar nas características, interesses e necessidades dos alunos, contemplando as áreas do conhecimento e os componentes curriculares, obrigatórios da Base Nacional Comum Curricular e da parte diversificada, conforme a determinação legal vigente, bem como a incorporação de temas/projetos, que entremeiam o currículo de modo flexível e variável.

§2º. As áreas do conhecimento/componentes curriculares e os temas/projetos devem propiciar a concretização de um fazer pedagógico centrado na visão interdisciplinar e transdisciplinar.

§3º. Na organização e gestão do currículo, as abordagens interdisciplinar e transdisciplinar devem ser consideradas pelo coletivo da escola, a fim de organizar as atividades com os educandos, desde o planejamento do trabalho pedagógico, a gestão administrativa, comunitária e pedagógica, a organização do tempo e do espaço físico e a seleção, disposição e utilização dos equipamentos e mobiliário da escola.

§ 4º. A organização curricular deverá assegurar a integração das experiências educativas ao longo de toda a jornada escolar, superando a fragmentação entre turno e contraturno e promovendo a articulação entre os componentes curriculares, os projetos pedagógicos e as vivências educativas.

§ 5º. As práticas curriculares deverão considerar as especificidades da Educação Infantil, do Ensino Fundamental e das modalidades ofertadas pela rede, incluindo a valorização dos saberes e das manifestações culturais dos territórios, a acessibilidade curricular e a utilização de diferentes linguagens, metodologias e recursos pedagógicos.

§ 6º. A organização curricular deverá assegurar a abordagem transversal e integrada da Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), bem como o respeito às especificidades e aos princípios da Educação Escolar Quilombola e da Educação do Campo, das Águas e das Florestas, contemplando a valorização da história e da cultura afro-brasileira, africana e indígena, dos saberes tradicionais, das identidades, das territorialidades e dos modos de vida das comunidades, em consonância com a legislação educacional vigente e com as diretrizes curriculares nacionais específicas, de modo a promover a equidade, o reconhecimento da diversidade sociocultural e o enfrentamento de todas as formas de discriminação e preconceito.

Da Metodologia

Art. 21. A educação integral promovida por meio da escola de Tempo Integral propõe o desafio de tratar o conhecimento de forma multidimensional, fazendo composições entre diversos campos de conhecimento (cultura, arte, esporte e lazer, saúde, tecnologias etc.), de forma a desenvolver a capacidade de saber relacionar e analisar as informações das diferentes áreas de conhecimento.

§1º. O coletivo de educadores da Unidade Escolar deve construir e efetivar uma metodologia capaz de atrair, envolver e comprometer cada educando na busca pela aprendizagem individual e coletiva, possibilitando a movimentação e a apropriação das múltiplas possibilidades educacionais existentes, a fim de desenvolver o espírito investigativo e empreendedor.

§2º. A operacionalização do currículo se dá, inicialmente, através da escolha da abordagem didático-pedagógica interdisciplinar, multidisciplinar e transdisciplinar pela escola, que oriente a proposta pedagógica e resulte do pacto estabelecido entre os profissionais do magistério e profissionais da educação, subsidiando a organização do currículo, a definição de temas ou projetos e a constituição de redes de aprendizagem.

§3º. As práticas pedagógicas deverão contemplar estratégias de acompanhamento e recomposição das aprendizagens, diversificação de metodologias, recursos, agrupamentos e espaços educativos, considerando os diferentes ritmos, necessidades e formas de aprender dos estudantes

Da Avaliação

Art. 22. O monitoramento e a avaliação da Política de Educação Integral em Tempo Integral deverão contemplar abordagens diagnóstica, formativa e somativa e considerando indicadores de acesso, equidade na distribuição das matrículas, frequência, permanência, aprendizagem, desenvolvimento integral, aprovação, reprovação, abandono e evasão, infraestrutura, gestão democrática e articulação intersetorial.

Parágrafo Único - Os resultados deverão subsidiar planejamento de ações de melhoria contínua e ser compartilhados com as Unidades Escolares e suas comunidades, observada a legislação de proteção de dados pessoais.

Art. 23. A avaliação deverá considerar como estratégia fundamental o envolvimento de diferentes olhares sobre o desenvolvimento do ser humano, considerando o desenvolvimento

integral do aluno, a fim de fomentar uma cultura de avaliação que resulte em decisões negociadas e compartilhadas.

§1°. Coletivamente, as Unidades Escolares devem criar instrumentos de monitoramento da aprendizagem integral dos alunos.

§2º. Ao final de cada ano a escola deve prever a realização de uma avaliação abrangente e participativa para a escuta, por meio de encontros de avaliação, de forma a envolver as diferentes equipes, serviços e todos os segmentos da comunidade escolar, para verificação do alcance dos prazos e das metas definidas no planejamento.

§3º. A avaliação do desempenho dos alunos e a avaliação da proposta pedagógica são distintas, mas complementares, visto que o desempenho dos alunos poderá responder, pelo menos em parte, ao conjunto de questões envolvidas na avaliação da proposta.

Da Gestão da Escola

Art. 24. A Secretaria Municipal de Educação deverá assegurar quantitativo e alocação adequados de profissionais, condições de trabalho e formação continuada em serviço para docentes e não docentes, contemplando as especificidades das etapas e modalidades atendidas.

§ 1º. Compete à equipe de gestão escolar a organização, a coordenação e o acompanhamento das atividades educativas, cuja execução poderá ser realizada por professores e demais profissionais que possuam habilitação ou capacitação adequada às atividades desenvolvidas.

§2º. Cabe a equipe de diretores e a equipe de suporte pedagógico propor e organizar espaços e tempos que permitam as articulações necessárias, de forma a realizar uma gestão integrada de toda a Unidade Escolar e, intersetorialmente, articulada às outras políticas públicas do Município.

§3º. O desenvolvimento das atividades para uma Educação Integral também poderá envolver a gestão de ações com a colaboração das famílias, de empresas locais e organizações sociais, como: igrejas, associação do bairro, clubes, academias e outros, de forma a potencializar as ações educativas, respeitando o Projeto Político Pedagógico de cada Unidade Escolar, sendo esses colaboradores, aqueles que tiverem disponibilidade de tempo, recursos, conhecimento,

habilidade, trabalho, espaço e oportunidade para ampliar as vivências educativas proporcionadas aos educandos.

§4º. A Formação Continuada e diferenciada para as Unidades Escolares que ofertam Educação Integral em Tempo Integral é de suma importância, a fim de buscar a superação das dificuldades encontradas no cotidiano das ações educativas, considerando seus diferentes perfis, contextos e as inovações que se impõem como exigências, interesses e expectativas das atuais gerações.

§ 5º. As ações de formação continuada deverão contemplar os profissionais docentes e não docentes que atuam nas Unidades Escolares de Tempo Integral, considerando suas atribuições e a participação coletiva na implementação do Projeto Político-Pedagógico.

Das Disposições Gerais e Transitórias

Art. 25. Os casos omissos nesta Resolução serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, ouvida a Direção das Unidades Escolares, e quando necessário, o Conselho Municipal de Educação e as demais instâncias competentes, assegurada a observância da legislação educacional vigente.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogada a Resolução SEMED nº 05, de 2 de maio de 2024, e demais disposições em contrário.

Quissamã, 27 de outubro de 2026.

José Henrique dos Santos Abreu
Secretário Municipal de Educação

www.quissama.rj.gov.br
28 DE OUTUBRO DE 2026
ANO: 10 N°: 3537

IPMQ

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

IPMQ
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã

DIRETORIA EXECUTIVA

Fabiano Barreto Gomes
Presidente

Gilson Azeredo Barcelos
Diretor de Previdência

Carmen Lúcia do Espírito Santo Gomes
Diretor Administrativo e Financeiro



Quissamã
PREFEITURA
CIDADE DAS OPORTUNIDADES
www.quissama.rj.gov.br
@prefeituradequissama
/PrefeituraMunicipalDeQuissama

IPMQ
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 032/2026

O Presidente do Conselho Fiscal do IPMQ – Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã, no uso de sua competência, CONVOCA os membros titulares do Conselho Fiscal para se reunirem extraordinariamente no dia **29 de outubro de 2026, às 14h,** na sede do IPMQ, situada à Rua Barão de Vila Franca, nº 413, Centro, Quissamã – RJ.

PAUTA:

- Análise das contas referente ao mês de junho/2026;
- Assuntos Gerais.

Quissamã, 26 de outubro de 2026.

Edimar Gomes da Silva
Presidente do Conselho Fiscal

IPMQ
Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – Nº 017/2026

Art. 1º O Presidente do **Comitê de Investimentos** do Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Quissamã-RJ, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA os membros do colegiado, para **reunião extraordinária** no dia **28 de outubro de 2026, quarta-feira, às 14:00 h**, na sede do Instituto de Previdência Municipal de Quissamã, situada à rua Barão de Vila Franca nº 413, Centro, Quissamã, para tratar da seguinte ordem do dia:

I. Análise: Projeções e Recomendações da Consultoria de Investimentos;

II. Avaliação: Desempenho dos Investimentos no mês de Setembro/2026;

III. Deliberação: Proposta do IPMQ para os investimentos no mês de Outubro/2026.

Quissamã, 26 de outubro de 2026

William de Oliveira Carvalho
Presidente

PODER LEGISLATIVO

www.quissama.rj.gov.br
28 DE OUTUBRO DE 2026
ANO: 10 N°: 3537

DIÁRIO OFICIAL DO MUNICÍPIO DE QUISSAMÃ

CÂMARA MUNICIPAL
DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

VEREADORES DE QUISSAMÃ

Jocemar de Souza Batista
Presidente

Cássio Marins Reis
Vice presidente

Italo Pacheco das Chagas
1° secretário

Paulo André Gomes dos Santos
2° secretário

Alexandra Moreira de Carvalho Gomes
Vereadora

Alexandre de Souza Santos
Vereador

Ailson Belarmino Barreto
Vereador

Jorge Luiz das Chagas
Vereador

Kitiely Paula Nunes de Freitas
Vereadora

Luciano Pessanha
Vereador

Marcos da Silva Moreira
Vereador

CÂMARA MUNICIPAL
DE QUISSAMÃ
ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Ato de designação de nº 017/2026

O Presidente da Câmara Municipal de Quissamã-RJ, no uso suas atribuições legais, com fundamento no § 2º do artigo 42 da Lei nº 1996 de 2020.

Resolve,

Art. 1º- Designar o Servidor Cláudio Vinícius da Silva Moreira, matrícula nº 046, lotado na Câmara Municipal de Quissamã, responsável em assessorar em plenário nas Sessões Ordinárias, Extraordinárias, Especiais e Solenes desta Casa Legislativa.

Art. 2º- Este Ato entra em vigor na data de sua publicação, surtindo seus efeitos de 01 de novembro de 2026 a 30 de novembro de 2026.

Câmara Municipal de Quissamã, 26 de outubro de 2026.

JOCEMAR DE SOUZA BATISTA
PRESIDENTE

